



# BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

Associação ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION  
Tokyo - Japão - Sede: Avenida Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo  
Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Telefone: 0xx11 - 3178-8000  
Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248  
www.smbgcorp.com.br

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cujo lucro acumulado no exercício foi de R\$ 38.584 (R\$ 42.875 em 31 de dezembro de 2018), os ativos totais, R\$ 7.246.914 (R\$ 6.804.963 em 31 de dezembro de 2018) e a carteira de crédito R\$ 1.537.427 (1.047.719) mil em 31 de dezembro de 2018. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que, todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 30 de março de 2020

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Ativo	Nota explicativa	2019	2018
<b>Disponibilidades</b>	4	45.607	49.279
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5	2.121.027	2.855.901
Aplicações no mercado aberto		1.490.190	1.790.436
Aplicações em depósitos interfinanceiros		364.839	301.887
Aplicações em moeda estrangeira		265.998	763.578
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		383.284	593.078
Carteira própria		271.562	458.821
Vinculados Prestação de Garantias	6.d	60.224	125.956
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	51.498	8.301
<b>Relações Interfinanceiras</b>		201.730	41.325
Depósitos no Banco Central		1.750	1.788
Pagamentos e recebimentos a liquidar		7	58
Repasse interfinanceiros	7	200.028	39.483
Provisão para perdas em Repasses Interfinanceiros	7	(48)	(4)
<b>Operações de crédito</b>	8	843.027	615.869
Setor privado		844.704	616.578
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.079)	(709)
<b>Outros créditos</b>		989.861	481.668
Carteira de câmbio	9	955.349	471.958
Rendas a receber		1.540	2.547
Negociação e Intermediação de Valores		11.302	1.653
Diversos	10	23.300	5.544
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(1.630)	(34)
<b>Outros valores e bens</b>	11	1.209	1.293
Despesas antecipadas		1.172	1.258
Material em estoque		37	35
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		2.659.132	2.157.222
<b>Aplicações Interfinanceiras de liquidez</b>		337.887	348.815
Aplicações em depósitos interfinanceiros		337.887	348.815
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		2.083.714	1.209.221
Carteira própria	6.a	1.637.620	731.158
Vinculados Prestação de Garantias	6.d	438.879	465.042
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	7.215	13.021
<b>Relações Interfinanceiras</b>	7	201.730	41.325
Repasse interfinanceiros		201.730	41.325
Provisão para perdas em Repasses Interfinanceiros		—	(30)
<b>Operações de crédito</b>	8	187.670	351.862
Setor privado		187.999	352.603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(329)	(741)
<b>Outros créditos</b>	10	43.861	55.321
Diversos		43.861	55.321
<b>Outros valores e bens</b>	11	1.209	1.293
Despesas antecipadas		1.172	1.258
Material em estoque		37	35
<b>Permanente</b>		7.439	9.328
<b>Investimentos</b>		123	123
Outros investimentos no país		123	123
<b>Imobilizado de uso</b>	12.a	1.829	2.685
Outras imobilizações de uso		9.540	9.595
Depreciações acumuladas		(7.711)	(6.910)
<b>Intangível</b>	12.b	5.487	6.520
Ativos Intangíveis		16.842	16.373
Amortizações acumuladas		(11.355)	(9.853)
<b>Total do Ativo</b>		7.246.914	6.804.963

Passivo	Nota explicativa	2019	2018
<b>Circulante</b>		4.861.390	3.618.118
<b>Depósitos</b>	13	2.223.803	2.177.316
Depósitos à vista		76.100	97.032
Depósitos interfinanceiros		2.090	19.088
Depósitos a prazo		2.145.613	2.060.273
Depósitos em moeda estrangeira		—	923
<b>Relações interdependências</b>		22.848	44.476
Recursos em trânsito de terceiros		22.848	44.476
<b>Obrigações por empréstimos</b>	15.a	1.093.657	388.354
Empréstimos no exterior		1.093.657	388.354
<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	15.b	727.729	449.889
Repasses do exterior		727.729	449.889
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	6.b	177.046	17.449
Instrumentos financeiros derivativos		177.046	17.449
<b>Outras obrigações</b>		616.307	540.634
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		346	308
Carteira de câmbio	9	460.524	398.862
Sociais e estatutárias	18.b	3.659	3.126
Fiscais e previdenciárias	16.a	54.961	53.278
Negociação e intermediação de valores		11.033	6.362
Dívidas subordinadas	16.c	—	5.908
Diversos	16.b	85.784	72.790
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		596.388	2.200.170
<b>Obrigações por repasses no país</b>	15.c	—	5.924
Repasses no país - BNDES/FINAME		—	5.924
<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	15.b	593.145	1.308.349
Repasses do exterior		593.145	1.308.349
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	6.b	834	109.552
Instrumentos financeiros derivativos		834	109.552
<b>Outras obrigações</b>		2.409	776.345
Dívidas subordinadas	16.c	—	774.960
Diversos	16.b	2.409	1.385
<b>Resultado de Exercícios Futuros</b>		3.540	3.715
Resultados de exercícios futuros		3.540	3.715
<b>Patrimônio Líquido</b>		1.785.596	982.960
Capital Social	18	1.559.699	793.819
De domiciliados no país		2	2
De domiciliados no exterior		1.559.697	793.817
Reservas de lucros		226.177	187.590
Hedge de Fluxo de Caixa		2.030	—
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	6.a	(13)	(628)
Ajuste Passivos Atuariais	24	(12.132)	(6.440)
Ajuste variação cambial investimento no exterior		9.835	8.619
<b>Total do Passivo</b>		7.246.914	6.804.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

	Nota explicativa	2019	2018
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		758.819	758.819
Aumento Capital		35.000	—
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		—	(558)
Ajuste passivos atuariais		—	(1.118)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524		—	7.867
Lucro líquido do exercício		—	42.875
Reserva legal	18.c	2.144	—
Reserva estatutária	18.d	40.731	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		793.819	1.131
Aumento Capital		765.880	—
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		—	615
Ajuste passivos atuariais		—	2.030
Lucro líquido do exercício		—	(5.692)
Reserva legal	18.c	1.929	—
Reserva estatutária	18.d	36.658	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		1.559.699	13.260
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>		1.559.699	13.260
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		—	139
Ajuste passivos atuariais		—	(5.692)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524		—	1.444
Lucro líquido do exercício		—	21.139
Reserva legal	18.c	1.929	—
Reserva estatutária	18.d	36.658	—
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		1.559.699	13.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco") está constituído como banco múltiplo, referindo-se a carteiras comerciais, inclusive operações de crédito e de investimento, no Banco de 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Em 18 de janeiro de 2012, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil, para a instalação de uma agência nas Ilhas Cayman. A documentação de aprovação para a instalação da agência foi emitida em 08 de janeiro de 2013. O Banco iniciou efetivamente, as atividades operacionais na agência em setembro de 2013. Os saldos contábeis das dependências no exterior estão contemplados nas demonstrações financeiras.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, subsidiadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03); Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação de partes relacionadas (CPC 05); Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 02); Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a empregados (CPC 33); Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02); Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04); Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). A autorização para emissão das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 foi concedida pela Diretoria em 30 de março de 2020.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
O Banco adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras:

**a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação do Banco é o Real. As operações realizadas pela agência no exterior (Cayman) possuem como moeda funcional Dólar, porém para efeito de apresentação e consolidação no Banco o valor é convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil. O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com a resolução CMN nº 4.524/16.

**b. Apreciação do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método equivalente, exceto aquelas relativas a títulos descontados, ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes são registradas em operações associadas de acordo com as premissas divulgadas nos demonstrativos com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadraram na categoria de títulos para negociação nem são mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos de liquidez. As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por operações de Swap e Non Deliverable Forward ("NDF") e também Futuros, contabilizados com os seguintes critérios: **Operações com futuros:** Os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente com receitas e despesas. - **Operações Swap e Non Deliverable Forward:** Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata die" até a data do balanço. As operações com instrumentos derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (hedge) à exposição do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos. As rendas das operações de crédito vendidas são classificadas em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). O Banco possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Banco. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do "Obrigor Grade" ("grading") do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos. As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita

quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas com a provisão existente e controladas, por cinco anos, em todas as compensações, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. O Banco contabiliza provisão sobre as garantias prestadas e operações de fianças, utilizando como critério, as mesmas políticas, observando, no mínimo, as premissas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação a cada operação e seus devedores, conforme já mencionado acima. **g. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **h. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **i. Ativo diferido:** É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do exercício, amortizados pelo prazo contratual de locação. **j. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do exercício, amortizados pelo prazo contratual de locação. **k. Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período em que forem observadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. **l. Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. **m. Depósitos e captações no mercado aberto:** Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die". **n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC nº 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização. **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente com resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporem os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para contingências trabalhistas, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista. **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desfecho na liquidação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos meses sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. **o. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é de 15%. Alíquota esta que passará a ser de 20% a partir de 1º de março de 2020, alteração constante na Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019. Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 20% (\*) para contribuição social sobre o lucro e estão apresentados como "Outros créditos - diversos" conforme demonstrado na nota explicativa nº 19b. Os benefícios fiscais provenientes do direito de compensação de outras diferenças temporárias somente são reconhecidos quando efetivamente utilizados, com previsão descrita na nota explicativa nº 19c. (\*) *Apartir da alíquota vigente para CSLL ser de 15%, com conversão legal de alteração para 20% após a publicação de 01/03/2020, adotamos as melhores práticas contábeis e utilizamos a alíquota de 20% tendo em vista que a estimativa de realização dos nossos créditos tributários se dará após essa data.* **p. Plano de benefícios a funcionários:** O plano de benefícios pós-emprego compreende o compromisso assumido pelo Banco de complemento dos benefícios do sistema de previdência. **Plano de Benefício Definido:** Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado. A deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados com a remoção do mecanismo do corretor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados. O Banco Central emitiu em 25 de dezembro de 2015 a Resolução CMN nº 4.424 onde ele define que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o "Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). O Banco adota as premissas e os efeitos da adoção do CPC 33 (R1) desde 2013.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Disponibilidades	45.607	49.279
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	1.894.964	2.554.214
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.940.571</b>	<b>2.603.293</b>

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

	Nota explicativa	2019	2018
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		342.162	480.367
Operações de crédito	20.a	49.504	80.201
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b	157.812	243.432
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.c	90.398	50.705
Resultado de operações de câmbio	20.d	44.448	38.166
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		(261.667)	(325.383)
Operações de captação no mercado	20.e	(52.030)	(112.203)
Operações de empréstimos e repasses	20.f	(208.873)	(211.624)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.e	(764)	(1.554)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		80.495	154.984
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		(43.699)	(84.419)
Receitas de prestação de serviços	20.g	19.200	34.874
Despesas de pessoal	20.h	(32.308)	(63.733)
Outras despesas administrativas	20.i	(20.295)	(42.569)
Despesas tributárias	20.j	(5.796)	(15.595)
Outras receitas operacionais	20.k	1.935	11.743
Outras despesas operacionais	20.l	(6.495)	(9.139)
<b>Resultado operacional</b>		36.796	70.565
<b>Resultado não operacional</b>	20.m	60	241
<b>Resultado antes da tributação</b>		36.856	70.806
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	19	(14.094)	(29.427)
Imposto de Renda		(7.839)	(16.063)
Contribuição Social		(4.751)	(9.569)
Ativo Diferido Fiscal		(1.504)	(3.795)
<b>Participações estatutárias</b>		(1.623)	(2.795)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		21.139	38.584
<b>Quantidade de ações</b>		758.820	1.559.699
<b>Lucro por lote de mil ações - R\$</b>		27,86	24,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

<



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. Composição de valor nominal por vencimento:

Table with columns: Valor Nominal, Até 3 meses, De 3 a 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Operações de SWAP, Operações de NDF, and various swap types.

2. Composição do valor nominal por local de negociação:

Table with columns: Valor nominal, Bolsa, Balcão, Total. Rows include Swaps and NDF.

3. Comparação entre valor de custo e o valor de mercado:

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de SWAP e NDF são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

Table with columns: Valor de Custo, Ajuste de valor de Mercado, Valor de Mercado, Total. Rows include Ativo (Receber) and Passivo (pagar).

4. Composição do valor nominal por tipo de instrumento:

Table with columns: Valor de referência (contábil), Local de negociação, Até 3 meses, De 3 a 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include FUTUROS and Vendas.

5. Composição do valor nominal por prazo de vencimento:

Table with columns: Valor de referência (contábil), Local de negociação, Até 90 dias, De 91 a 360 dias, Acima de 360 dias, Total. Rows include FUTUROS and Vendas.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros por metodologia de mercado à qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são influenciados diretamente pelas taxas de juros de mercado praticadas por ocasião de sua negociação, bem como pela variação da taxa do dólar, estão assim compostos.

Instrumentos financeiros derivativos: Receita Líquido, Despesa Líquido. Mercado de Futuros: Receita Líquido, Despesa Líquido.

c. Hedge accounting: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais.

c.1 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador - Hedge de risco de mercado: Vencimentos - Valor Mercado - 2019

Table with columns: Descrição, Indexador, Até 12 meses, 1 a 3 anos, 3 a 5 anos, Total. Rows include Futuros and Total.

Itens Objeto de hedge: Ativo, Passivo. Operações de repasse, Valor atualizado pelas condições pactuadas.

Instrumentos de hedge: Ativo, Passivo. Futuros, Valor atualizado pelas condições pactuadas.

c.2 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador - Hedge de fluxo de caixa: Vencimentos - Valor Mercado - 2019

Table with columns: Descrição, Indexador, Até 12 meses, 1 a 3 anos, 3 a 5 anos, Total. Rows include Futuros and Total.

Itens Objeto de hedge: Ativo, Passivo. Operações de repasse, Valor atualizado pelas condições pactuadas.

Instrumentos de hedge: Ativo, Passivo. Futuros, Valor atualizado pelas condições pactuadas.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS: Refere-se a operações de repasse de empréstimo do exterior, à Instituição Financeira no país e no exterior (agência em Cayman), e estão assim demonstradas à consideração as respectivas provisões, os valores provisionados são baseados nas premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 e totalizam o montante de R\$ 48 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2018):

Table with columns: Valor de mercado, 2019, 2018. Rows include At vencer, Até 30 dias, De 31 a 60 dias, etc.

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO: As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão assim demonstradas:

a. Por operação: Descrição, 2019, 2018. Contas garantidas, Repasses de recursos BNDES - FINAME e EXIM - Outros.

b. Por vencimento: At vencer, Até 30 dias, De 31 a 60 dias, etc. 2019, 2018.

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2019 representam 95,94% da carteira de crédito (93,18% em 31 de dezembro de 2018), no montante de R\$ 1.475.015 (R\$ 976.232 em 2018).

c. Por nível de risco (rating): % mínimo Total das de provisão operações, % da carteira constituída, % da provisão operações, % da carteira constituída. 2019, 2018.

d. Por setor de atividade: 2019, 2018. Setor privado: Indústria, Comércio, Outros serviços.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Saldo inicial, Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

9. CARTEIRA DE CÂMBIO (OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES)

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Ativo: Câmbio comprado a liquidar, Direitos sobre venda de câmbio, Adiantamentos em moeda nacional recebidos, Rendias a receber de adiantamentos concedidos.

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Estão representados pelos valores a seguir: Crédito tributário - Base negativa IRR e CSLL (vide nota explicativa nº 19b), Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17), Antecipações de imposto de renda e contribuição social, Outros créditos tributários.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Ativo circulante, Realizável a longo prazo, Total.

11. OUTROS VALORES E BENS

Estão representados pelos valores a seguir: Material em estoque, Despesas antecipadas, Total.

12. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está assim representado: a. Imobilizado em uso: Taxa anual de depreciação, Custo, Depreciação acumulada, Valor líquido.

b. Intangível: Descrição, Taxa anual de depreciação, Custo, Amortização acumulada, Valor líquido.

13. DEPÓSITOS: Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2019 e de 2018: Depósitos Interfi-ncionários, Depósitos à vista, Depósitos a prazo.

Table with columns: Descrição, Taxa anual de depreciação, Custo, Amortização acumulada, Valor líquido. Rows include Sem vencimento, Até 30 dias, De 31 a 60 dias, etc.

(\*) A carteira de depósitos a prazo foi classificada no passivo circulante, em virtude de estarem em sua totalidade, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com cláusula de resgate antecipado.

14. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não foi representado captações no mercado aberto.

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, como segue: a. Obrigações por empréstimos no exterior: O saldo em 31 de dezembro de 2019 de US\$ 271.416 (US\$ 100.285 em 2018) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 30 de abril de 2020, sujeitos às taxas de juros de até 3,05% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações.

b. Obrigações por repasses do exterior: Os repasses do exterior, em 31 de dezembro de 2019, correspondem a US\$ 326.740 (US\$ 446.800 em 2018). As obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 2,06% a.a. até 3,38% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 05 de julho de 2022.

c. Obrigações por repasses no país: Os repasses no país são compostos por financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade EXIM e FINAME, no decorrer do ano de 2019 ocorreu a liquidação do saldo em aberto, não apresentando posição em 31 de dezembro de 2019.

Table with columns: Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total. Rows include Obrigações por empréstimos no exterior, Obrigações por repasses do exterior, Obrigações por repasses no país.

(\*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de hedge accounting, no montante de R\$ 2.030 (R\$ 18.615 em 2018), conforme nota explicativa 6.c.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

a. Fiscais e previdenciárias: Descrição, 2019, 2018. Provisão para imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 19a), Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 17), PIS Compensação (nota explicativa nº 17), PIS emenda constitucional (nota explicativa nº 17), Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa.

b. Diversas: Descrição, 2019, 2018. Provisão para riscos civis e trabalhistas (nota explicativa nº 17), Provisão para despesas de pessoal, Provisão para despesas gerais, Passivos atuariais, Garantias prestadas (nota explicativa nº 23), Diversas.

c. Dívidas subordinadas elegíveis a capital: Em 05 de abril de 2019, o Banco realizou a liquidação dos empréstimos com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation NY. No valor de US\$ 40 milhões, tal empréstimo era considerado como dívida subordinada, integrante de nível II do patrimônio de referências do Banco. No valor de US\$ 160 milhões, o qual também era integrante do nível II do patrimônio de referências do Banco. Ambos os empréstimos estavam autorizados com base nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278 de 31 de outubro de 2013. O saldo de liquidação em 05 de abril de 2019 dos dois empréstimos foi de R\$ 780.868.

17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAL, CÍVEL E TRABALHISTA

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Table with columns: Descrição, Provisão, Depósitos judiciais. Rows include Provisão para riscos fiscais: ISS - RJ (a), IRPJ/CSLL Cetip (b1), Obrigações legais: Desmutualização Cetip (h), PIS compensação (c), PIS emenda constitucional (d), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e).

d. Refer-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC 17/97, o qual discute a inconstitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decorrer do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2019, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do recurso em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, cujo montante, atualizado em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 753 (R\$ 711 em 31 de dezembro de 2018).

e. O Banco questiona a maioridade de aliquotas de 18% para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi realizado o depósito judicial do valor discutido, que em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 9.395 (R\$ 9.148 em 2018). De acordo com a opinião dos consultores jurídicos a chance de perda relacionada a esta discussão judicial é possível. Desta forma, por decisão da administração, foi constituída provisão relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em análise, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 9.395 (R\$ 9.148 em 2018).

f. A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. A Administração, subsidiada pela opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas são adequados em cada situação. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 35.355 (R\$ 32.444 em 31 de dezembro de 2018).

g. A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração,

consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 7.986 (R\$ 5.919 em 31 de dezembro de 2018). h. O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre a desmutualização das ações do Cetip, sendo que o montante para 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 114 (R\$ 108 em 31 de dezembro de 2018).

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2018, Constituição de provisão, Atualização monetária, Reversões operacionais, Baixas por pagamento.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2019, Constituição de provisão, Atualização monetária, Baixas por pagamento.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2017, Constituição de provisão, Atualização monetária, Baixas por pagamento.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2019, foi deliberado o aumento do capital social do Banco, passando de R\$ 793.819 para R\$ 1.559.699, mediante a emissão de 765.880 ações novas, ordinárias e nominativas, cujo valor unitário de cada ação foi de R\$ 1,00 (um real). O capital social em 31 de dezembro de 2019 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

Table with columns: Quantidade de ações (mil), 2019, 2018. Rows include Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão), Acionistas domiciliados no país.

b. Dividendos: De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2019 se optou pelo não destacamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura. c. Reserva legal: A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. d. Reserva estatutária: A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 21.917 (R\$ 176.259 em 2018) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, "ad referendum" da assembleia geral.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Imposto de renda, Contribuição social, Total.

Resultado antes da tributação após participações: 68.013, 68.013. Provisão de passivos contingentes: (1.372), (1.372). Provisão para crédito de liquidação duvidosa: 2.072, 2.072. Provisões temporárias: (564), (564).

Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos: 4.420, 4.420. Despesas não dedutíveis: 7.122, 9.394. Operações BMMF: (8.496), (8.496). Outras adições/exclusões: (572), (572).

Compensação de prejuízos fiscais anteriores: (28.297), (27.338). Lucro tributável: 66.024, 63.795. Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3n): 9.904, 9.904. Adicional de imposto de renda 10% (nota explicativa nº 3n): 6.578, 6.578.

Contribuição Lei Rouanet: 9.904, 9.904. Lei Empresa Cidadã: (32), (30). Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT): (387), (347). Contribuição social - 15% (20% em 2018) (nota explicativa nº 3n): 16.063, 9.569.

a. Créditos tributários: Os créditos tributários foram constituídos em 30 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 76.113 tomando-se por base o total de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A Administração, baseada no estudo técnico elaborado, entende que esses créditos tributários serão passíveis de compensação no prazo de até 10 anos. Os valores encontram-se apresentados na rubrica "Outros créditos - diversos".

1. Composição do crédito tributário em 31/12/2019: Composição do crédito tributário, 2019, 2018. Prejuízo fiscal: 9.390, 16.465. Base negativa de contribuição social: 5.765, 9.591.

2. Previsão de realização do crédito tributário em 31/12/2019: Exercício, 2020, 2021, Subtotal. Imposto de renda diferido, Contribuição social diferida, Total.

3. Movimentação do crédito tributário: A realização dos créditos tributários está ocorrendo conforme os valores estimados no respectivo estudo e suas premissas.

Table with columns: Saldo em 31/12/2018, (Realizações) Constituições, Saldo em 31/12/2019. Rows include Prejuízo fiscal, Base negativa CSLL, Total.

Realização do prejuízo fiscal - IR: 7.074, 6.189. Realização da base negativa - CSLL: 3.827, 5.304. Demais Créditos Tributários: (7.102), (2.196).

4. Valor presente do crédito tributário: Exercício, 2020, 2021, Total. Imposto de renda diferido, Contribuição social diferida, Total.

6. Outros créditos tributários: O Banco possui ainda, créditos e obrigações fiscais diferidas nos montantes de R\$ 15.862 e R\$ 11.441 (R\$ 5.145 e R\$ 11.383 em 2018) respectivamente, que estão relacionados exclusivamente com os ajustes ao valor de mercado das operações com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068, e ao valor de mercado de instrumentos derivativos de acordo com a circular nº 3.082. As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionadas ao plano de aposentaria de benefícios e dos benefícios pós-emprego referente ao Plano de Assistência Médica nos quais o Banco é patrocinador (conforme CVM 600 e 695/2015) também estão sendo considerados. Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências no montante de R\$ 26.056 (R\$ 22.832 em 2018), devido à incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

20. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:

Table with columns: 2019, 2018. Rows include a. Operações de crédito: 2º Semestre, Exercício, Total. Rendas de empréstimos, Rendas de financiamentos e repasses.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários: 2º Semestre, Exercício, Total. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez, Rendas de operações com títulos e valores mobiliários.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos: 2º Semestre, Exercício, Total. Recreitas com operações de Swaps, Futuros e NDF, Despesas com operações de Swaps, Futuros e NDF.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include d. Resultado operações de câmbio: 2º Semestre, Exercício, Total. Rendas de câmbio, Despesas de câmbio.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include e. Operações de captação no mercado: 2º Semestre, Exercício, Total. Despesas com depósitos a prazo, Despesas com depósitos interfinanceiros, Despesas com operações compromissadas, Despesas com contribuição ao fundo garantidor de crédito.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include f. Operações de empréstimos e repasses: 2º Semestre, Exercício, Total. Despesas com repasses do BNDES, Despesas com empréstimos e repasses no exterior, Despesas com dívida subordinada, Despesas com serviços de terceiros, Ajuste Hedge Objeto Repasses e Empréstimos.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include g. Receita de prestação de serviços: 2º Semestre, Exercício, Total. Recreitas de tarifas e serviços, Recreitas de intermediação de negócios (vide nota explicativa 21a), Rendas de operações prestadas.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include h. Despesas de pessoal: 2º Semestre, Exercício, Total. Proventos, Encargos sociais, Benefícios, Honorários da Administração, Treinamento.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include i. Outras despesas administrativas: 2º Semestre, Exercício, Total. Despesas com aluguel, Despesas de processamento de dados, Despesas com serviços técnicos especializados, Despesas com serviços do sistema financeiro, Despesas de manutenção e conservação de bens, Despesas com serviços de vigilância e segurança, Despesas de transporte, Despesas de material, Despesas de água, energia e gás, Despesas com serviços de terceiros, Despesas de propaganda e publicidade, Despesas de seguros, Despesas de promoções e relações públicas, Despesas de contribuições filantrópicas, Despesas de amortização e depreciação, Outras despesas administrativas.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include j. Despesas tributárias: 2º Semestre, Exercício, Total. COFINS, PIS, ISS, Outros, Total.

k. Outras receitas operacionais: 2º Semestre, Exercício, Total. Variação cambial repasses do exterior, Reversão de passivos contingentes, Reversão Provisão Garantias Prestadas, Reversão de provisões operacionais, Multas indenizatórias, Atualização depósitos judiciais, Recuperação de encargos e despesas, Outros, Taxa de Administração de fundos de investimento.

continua ->

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

### I. Outras despesas operacionais:

	2019		2018	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Varição cambial negativa operações de financiamentos em ME	-	-	-	(16)
Despesas com processos trabalhistas	(3.421)	(4.104)	(1.340)	(1.340)
Provisões Garantias Prestadas	(1.331)	(1.331)	(905)	(905)
Despesas com provisões operacionais - passivos contingentes	(46)	(102)	(137)	(137)
Despesa com provisões operacionais - outras	-	-	(476)	(476)
Atualização monetária de provisões (fiscal, cível e trabalhista)	(1.625)	(3.503)	(3.595)	(3.595)
Outras	(12)	(99)	(55)	(55)
<b>Total</b>	<b>(6.435)</b>	<b>(9.139)</b>	<b>(6.524)</b>	<b>(6.524)</b>

### m. Resultado não operacional:

	2019		2018	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Outras receitas não operacionais	72	309	138	138
Outras despesas não operacionais	(12)	(68)	-	-
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>241</b>	<b>138</b>	<b>138</b>

## 21. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a. **Transações com controladores (diretas e indiretas):** Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	Ativo/(passivo)		Receita/(despesa)	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	13.275	26.643	-	-
Aplicações em moeda estrangeira no exterior	265.998	58.125	23.271	(3.261)
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios - vide (nota explicativa nº 20.g)	4.118	-	8.153	6.245
Obrigações por empréstimos no exterior	(1.093.657)	(388.354)	(40.299)	(93.064)
Obrigações por repasses do exterior	(1.320.874)	(1.738.728)	(122.489)	(284.334)
Dívida subordinada	-	(780.868)	(8.470)	(27.838)
<b>Total</b>	<b>(2.131.140)</b>	<b>(2.823.182)</b>	<b>(139.834)</b>	<b>(402.252)</b>

b. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Para atendimento da Resolução nº 4.636/18 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido como pessoal-chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria. O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Na última reforma estatutária ocorrida em abril de 2019, manteve fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

### Benefícios de curto prazo a diretores:

	2019	2018
Proventos	3.821	4.095
Remuneração variável	2.019	3.628
Contribuições ao INSS/FGTS	1.375	1.943
<b>Total</b>	<b>7.215</b>	<b>9.666</b>

**Benefícios pós-emprego:** De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Banco (nota explicativa nº 24). O Banco não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. c. **Outras informações:** Conforme Resolução nº 4.693/18, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições relacionadas nos itens, demonstrados abaixo: • As operações de crédito com partes relacionadas, ressalvados os casos previstos na legislação ou na regulamentação específica, somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. • O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais: 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica. Considera-se independente o diretor ou conselheiro de administração que atenda, no mínimo, às seguintes condições, em ambas as contrapartes: I - não detenha participação qualificada, não seja acionista controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação qualificada, nem cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau destes; II - não esteja vinculado por acordo de acionistas; e III - não seja ou tenha sido nos últimos três anos: a) diretor ou membro de órgãos estatutários ou contratuais, inclusive nas suas empresas ligadas; b) funcionário, inclusive de suas empresas ligadas; c) cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" e "b"; e d) beneficiário de remuneração, além da relacionada à atividade de conselheiro independente ou a eventual participação societária. Em 31 de dezembro de 2019 não foram efetuados pelo Banco, empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares. Os membros da Diretoria, não possuem qualquer participação acionária no Banco.

## 22. LIMITES OPERACIONAIS: ÍNDICE DA BASILEIA

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.193/13 e 4.192/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Risco de Crédito	3.893.765	3.822.820
Risco de Mercado	304.955	428.132
Risco Operacional	338.983	336.905
<b>Ativos ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>4.537.703</b>	<b>4.587.857</b>
Parcela Rban	3.754	12.465
<b>Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR)</b>	<b>1.765.220</b>	<b>1.606.171</b>
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*8%)	406.841	395.703
<b>Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido</b>	<b>1.402.204</b>	<b>1.210.468</b>
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	38,90%	35,01%

\*O percentual mínimo exigido para Patrimônio de Referência de 2019 é de 8% e 2,5% referente ao Adicional de Conservação de Capital (2018 - 8,625% e 1,875%).

## 23. GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES POR CRÉDITOS ABERTOS PARA IMPORTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as fianças prestadas pelo Banco totalizam:

	2019	2018
No País	1.650.593	1.413.738
No exterior	4.746	8.494
<b>Total</b>	<b>1.655.339</b>	<b>1.422.232</b>

O Banco efetuou provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução CMN nº 4.512/16 do CMN e a Carta Circular 3.782/16, os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 4.771 (R\$ 3.911 em 2018):

	2019		2018	
	Garantias Prestadas	Provisão	Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.746	(57)	8.494	(195)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	13.618	(1)	24.253	-
Vinculadas ao Fornecedor de Mercadorias	48.855	(154)	44.308	(153)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	581.038	(1.791)	662.869	(841)
Outras Fianças Bancárias	185.765	(146)	57.205	(54)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	821.317	(2.622)	625.104	(2.668)
<b>Total</b>	<b>1.655.339</b>	<b>(4.771)</b>	<b>1.422.233</b>	<b>(3.911)</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possuía saldo de R\$ 19 na rubrica de responsabilidade por créditos para importação (R\$ 314 em 2018).

## 24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO PATROCINADOS

O exigível atuarial da Entidade foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir. O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data-base de 31 de dezembro. A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticos contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido. a. **Plano de Aposentadoria:** O Banco é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo "benefício definido". No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento. Em 31 de dezembro de 2019, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

Descrição	Plano de Aposentadoria	
	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações atuariais	43.420	53.536
Valor justo dos ativos do plano	(38.020)	(51.809)
Déficit (Superávit) para planos cobertos	5.400	1.727
Passivo (ativo) atuarial líquido	5.400	1.727

Descrição	Plano de Aposentadoria	
	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	6,78% a.a.	8,95% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,71% a.a.	7,12% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,64% a.a.	4,00% a.a.
Índice estimado de inflação	3,60% a.a.	4,00% a.a.
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo

Descrição	Plano de Aposentadoria	
	31/12/2019	31/12/2018
Tábua Biométrica de entrada em invalidez	0,30/ (tempo de serviço+1)	0,30/ (tempo de serviço+1)
Taxa de rotatividade esperada	10% na 1ª data de elegibilidade à aposentadoria antecipada;	10% na 1ª data de elegibilidade à aposentadoria antecipada;
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	3% entre a 1ª elegibilidade à aposentadoria antecipada e normal;	100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.

**Análise de Sensibilidade:** O valor presente da obrigação atuarial é sensível a variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10,00% a.a.):

Descrição	Análise de Sensibilidade	
	31/12/2019	31/12/2018
Valor Presente das Obrigações	1.089	1.801
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	(1.059)	(1.909)

b. **Plano de Saúde:** Até novembro de 2017 o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos dos Artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que tem direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2019	31/12/2018
Passivo (Ativo) atuarial líquido	16.243	8.286
Total	16.243	8.286

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	7,11% a.a.	9,12% a.a.
Índice estimado de inflação	3,60% a.a.	4,00% a.a.

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2019	31/12/2018
Tábua Biométrica de Rotatividade	0,15/(Tempo de Serviço) + 1	0,15/(Tempo de Serviço) + 1
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	55 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e desagradada em 10%	AT-2000 segregada por sexo e desagradada em 10%

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2019	31/12/2018
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Decrescendo de 8,26% a.a. a 4,64% a.a.	Decrescendo de 9,20% a.a. a 5,04% a.a.

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2019	31/12/2018
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Correção do Custo do Plano	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2019	31/12/2018
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Fator de Idade (Aging Factor)	90% Casados 4 anos	90% Casados 4 anos
Composição Familiar - Ativos	90% Casados	90% Casados
Diferença de Idade Titular/Cônjuge	4 anos	4 anos
Composição Familiar Aposentados	Família Real	Família Real

## 25. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL, RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO E DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

**Risco operacional:** Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal. A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco estabelecida e aprovada, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, se reportando diretamente à Diretoria do Banco. É importante ferramenta para o gerenciamento eficaz do

capital econômico e regulatório do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. O Gerenciamento de Risco Operacional do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Banco, proporcionando assim uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticas e estratégicas entre as áreas de negócios e a área de Gestão de Risco Operacional, possibilitando a coordenação e cooperação de todos do Banco na redução de perdas operacionais e duplicidade nas atividades. Neste modelo de gestão a área de Gestão de Risco Operacional é responsável por: i. Definir as estruturas, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional; ii. Efetuar testes periódicos e independentes dos controles dos riscos identificados; iii. Elaborar relatórios periódicos; iv. Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos no Banco; v. Consolidar e monitorar as perdas ocorridas no Banco. A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria dessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas traçadas e a segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas com o Banco. Com relação ao cálculo de requerimento de capital para Risco Operacional, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA". As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. **Risco de Mercado e Liquidez:** O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços, índices e taxas sobre os descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado. O Risco de Liquidez é a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado, liquidez e de crédito, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos Limites para posições, dividido em Limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de Limites/Diretrizes para "Stop Loss". Além disso, o Departamento de Gerenciamento de Risco monitora o risco de mercado também através da metodologia de *Value at Risk (VAR)* paramétrico e testes de estresse. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.557/17, sendo aprovada e revisada no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. tem implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da Diretoria, e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que o Banco mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez do Banco constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. É responsável por todas as informações divulgadas. **Risco de Crédito:** O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Risco de Crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o Risco de Mercado e de Liquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do Risco de Crédito e podem se manifestar simultaneamente. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está implementada de forma a manter as políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à Diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria do Banco. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. **Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes do Banco de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos. O Banco no intuito de adotar uma postura prospectiva, e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de Novos Produtos e Serviços, com a participação permanente do Departamento de Gerenciamento de Riscos, onde é feita uma análise do produto e/ou serviço antes de sua implantação no Banco. O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução CMN nº 4.557/2017. O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente, e em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar tratamento adequado à adequação de capital. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Capital constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas.

## 26. EVENTO SUBSEQUENTE

Desde o início de janeiro de 2020, os mercados financeiros globais monitoram e reagem à epidemia de Covid-19 (novo "Coronavírus"). Embora os esforços de contenção iniciados nos países asiáticos tenham ajudado a desacelerar o crescimento do vírus em algumas localidades, no final de fevereiro e no início de março de 2020, os mercados financeiros globais reagiram fortemente à notícia de que o vírus se espalhará para os demais países ocidentais, inclusive no Brasil, fato que acabou se confirmando. A reação dos mercados financeiros globais tem sido bastante negativa, com quedas dos preços das ações, valorização do dólar e queda dos juros dos títulos norte-americanos. A Administração do Banco entende que não haverá impacto financeiro nas Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2019 como resultado deste evento subsequente e, está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações das autoridades de saúde brasileira e seguindo as melhores práticas gerais de resposta à pandemia. Ressaltando ainda, que é precoce qualquer estimativa de mensuração de impacto no crescimento e nos negócios do Banco.

**CONTADOR**  
Wilson Okada - CRC: 15P238910-0

## RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2019

**Introdução:** De acordo com o estabelecido em seu Regulamento, compete ao Comitê de Auditoria ("Comitê") zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (doravante Banco), pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. As atividades do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e **Compliance**, dos assessores jurídicos do Banco e nas suas próprias análises. A KPMG Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das Demonstrações Financeiras do Banco, preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento as normas editadas pelo Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representem potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo, em conjunto com nossos auditores internos e externos foram apresentados os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 realizados pela equipe da KPMG Auditores Independentes. Em seu encerramento, foi recomendada a aprovação das demonstrações financeiras por parte de nossos auditores externos e o Comitê de Auditoria considerou apropriada sua qualidade para oficial divulgação. **Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas:** Os relatórios requeridos pelos reguladores e preparados pelo Corporate Affairs & Compliance Department concluíram que o Sistema de Controles Internos do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., está adequadamente estruturado para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros. Dentre os apontamentos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa e pelo Corporate Affairs & Compliance Department não indicaram descumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem colocar em risco a continuidade das operações do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. O sistema de controles internos do Banco vem sendo aprimorado continuamente e os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda estão em fase de implantação,